



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018      Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020**

### **1 – INTRODUÇÃO**

**1.1 O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DETRO/RJ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 31.940.984/0001-14, com sede situada na Rua Uruguaiana, nº118, do 6º ao 12º andar, torna público que, devidamente autorizado por seu Ordenador de Despesa Sr. **JOSE TENORIO NETO**, ora denominado **DETRO/RJ**, na forma do disposto no processo administrativo n.º E-10/005/15198/2019, que no dia, hora e endereço eletrônico indicados no item 3 deste edital, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que será regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Estaduais n.ºs 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual n.º 287, de 4 de dezembro de 1979, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, do Decreto Estadual n.º 42.063, de 06 de outubro de 2009, do Decreto Estadual n.º 42.091, de 27 de outubro de 2009, do Decreto Estadual n.º 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do Decreto Estadual n.º 41.203, de 03 de março de 2008, da Resolução SEPLAG n.º 429, de 11 de janeiro de 2011, demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

**1.2** A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br), no dia e hora indicados no item 3 deste Edital e conduzida pelo pregoeiro com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

**1.3** As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

**1.4** O edital se encontra disponível no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br), podendo, alternativamente, ser adquirido mediante a permuta por 01 (uma) resma de papel A4, no setor da Coordenação de Material e Serviços Gerais do DETRO/RJ, situado na Rua Uruguaiana, nº 118, 10º andar, Centro, RJ, de segunda a sexta nos horários de 10:00 às 12:30h e de 14:00 às 16:00h, até 24 (vinte e quatro) horas do encerramento do prazo de acolhimento das propostas.

**1.5** Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no seguinte endereço: Rua Uruguaiana nº 118, 7º andar no setor de protocolo de 10:00 até 16:00 horas, ou, ainda, mediante confirmação de recebimento, por e-mail **licitacao@detro.rj.gov.br**

**1.5.1** Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

**1.6** Os interessados poderão formular impugnações ao presente edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Rua Uruguaiana nº 118, 7º andar no setor de protocolo, de 10:00 até 16:00 horas, ou, ainda, mediante confirmação de recebimento, por e-mail **licitacao@detro.rj.gov.br**

**1.6.1** Caberá à AUTORIDADE SUPERIOR decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

**1.7** Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimento serão divulgados mediante nota no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) através do nº (número da

licitação no portal) na parte relacionada a futuras licitações, ficando as empresas interessadas obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

## 2 - DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

**2.1** O objeto do presente pregão eletrônico é a contratação de Empresa Especializada na Locação de Veículos com Motorista e sem combustível.

**2.2** O objeto será executado segundo o regime de execução de MENOR PREÇO GLOBAL.

## 3 - DA ABERTURA

**3.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

Eventos	Dia	Mês	Ano	Horário
Início acolhimento das propostas	23	01	2020	08:00
Limite acolhimento das propostas	03	02	2020	09:00
Data de abertura das propostas	03	02	2020	09:30
Data da realização do Pregão	03	02	2020	10:00
Processo nº	E-10/005/109300/2018			
Tipo	MENOR PRREÇO GLOBAL			
Prazo para impugnação	até 2 (dois) dias úteis			
Data da publicação	23/01/2020			
Endereço Eletrônico	www.compras.rj.gov.br			
Número da licitação no portal	001/2020			

**3.2** Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização dos eventos nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente adiada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

#### **4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos necessários à realização do serviço ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 230

PROGRAMA DE TRABALHO: 26.782.01072916

NATUREZA DA DESPESA: 339039-13

#### **5 - TIPO DE LICITAÇÃO E PREÇO MÁXIMO ADMITIDO**

**5.1** O presente pregão eletrônico reger-se-á pelo tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

**5.2** O preço máximo admitido pelo ÓRGÃO LICITANTE é R\$ 9.324.585,48 (nove milhões, trezentos e vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos).

#### **6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**6.1** Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pela SEFAZ.

**6.2** Não serão admitidas na licitação as empresas punidas por:

a) Ente, Autarquia ou Fundação da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com as sanções prescritas no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02;

b) Ente ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93

**6.3** Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante

participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

**6.3.1** Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

**6.4** Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

**6.5** O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

**6.5.1** Em caso de não atendimento do contido no subitem 6.5, deixará de ser concedido ao licitante o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado regulamentado por meio do Decreto Estadual nº 42.063/2009.

**6.5A** O licitante deverá declarar, junto ao sistema eletrônico, que não lhe foram aplicadas as seguintes penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**6.6** Não será permitida a participação em regime de consórcio

## **7. CREDENCIAMENTO**

**7.1** Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao SIGA, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até três dias úteis antes da data de abertura da sessão, conforme previsto no art. 5º, parágrafo 2º do Decreto nº 31.864/02.

**7.2** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de código para acesso ao SIGA.

**7.2.1** O licitante obterá o código de acesso ao SIGA junto ao endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br), clicando na área de Registro de Fornecedor que se encontra na parte do meio do portal e seguindo as orientações de preenchimento. O Portal contém um manual orientando o preenchimento.

**7.2.1.1** O licitante deverá preencher algumas telas, digitando informações sobre a empresa, pessoas que irão operar o SIGA e as famílias de itens que fornece. Após essa digitação, o licitante deverá baixar, em local indicado no Portal, um arquivo contendo um Termo de Responsabilidade o qual deverá imprimir e assinar. Junto com esse Termo de Responsabilidade o licitante deverá enviar a documentação requerida para a SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão, no endereço informado no portal.

**7.2.1.2** Após o recebimento da documentação, a SEFAZ através do SIGA, enviará para o e-mail informado do licitante o código de acesso às funcionalidades do SIGA. Quando o licitante acessar o SIGA deverá colocar seu código informado e a senha: SIGA. Essa senha servirá apenas para o primeiro acesso, pois o sistema irá solicitar que o licitante digite uma senha nova, confirme essa senha e escreva uma pergunta e resposta. O sistema confirmará a nova senha que deverá ser usada nos próximos acessos.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**7.3** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à SEFAZ ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

**7.4** A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à SEFAZ, para imediato bloqueio de acesso.

**7.5** O credenciamento do licitante junto ao SIGA implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

## **8 - DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS**

**8.1** Observado o disposto nos itens 6 e 7 deste edital, a participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao SIGA, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do SIGA, no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas, conforme subitem 3.1 deste edital.

**8.2** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SIGA, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**8.3** Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do SIGA, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

**8.3.1** No momento da abertura da sessão pública, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta constante do Anexo 08, que deverá ser apresentada no momento indicado pelo item 14.2.1.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**8.4** Caberá ao licitante acompanhar as operações no SIGA durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **9 - DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**9.1** A Proposta de Preços deverá ser elaborada com os valores dos itens e enviada exclusivamente por meio do SIGA, em campo específico, a ser integralmente preenchido.

**9.1.1** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**9.1.2** O formulário de proposta de preços, em sua forma impressa Anexo 2, somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final.

**9.1.3** Os documentos anexados durante a inserção da proposta de preços (*folders*, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

**9.1.4** As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material(is) constante(s) do objeto desta licitação.

**9.2** A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento de preços será considerada.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**9.2.1** Quando a execução do objeto contratual envolver a prestação de serviços com mão de obra residente, a proposta de preços deverá ser formulada com base na norma coletiva da entidade representativa da respectiva categoria do local da efetiva prestação dos serviços.

**9.3** Caso o licitante se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do Anexo 7 do Edital.

**9.4** O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

**9.5** Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

**9.6** A proposta de preços deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

**9.7** Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 3.

**9.7.1** Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta de preços, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da (o) DETRO/RJ, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

## **10 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**10.1** A partir do horário previsto no subitem 3.1 deste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances,



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

exclusivamente por meio do SIGA, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**10.1.1** O sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no horário de 09h00minh as 18h00minh e, após esse período, será bloqueado para tal finalidade.

**10.2** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado, as suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

**10.3** Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**10.4** Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.

**10.5** No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o SIGA permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**10.6** Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio do SIGA (chat mensagem), divulgando, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, data e hora para a reabertura da sessão.

**10.7** A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo SIGA, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**10.7.1** Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

**10.7.2** O período randômico de disputa somente poderá ser iniciado até as 17h20min, tendo em vista que, às 18h00min, o sistema será bloqueado automaticamente para envio de lances e continuidade da disputa.

**10.8** Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no item 9.5.

**10.8.1** No caso de empate entre as propostas de menor preço e não sendo apresentados lances, sem prejuízo do disposto no item 11.3, será assegurada preferência como critério de desempate, sucessivamente, aos bens e serviços: (a) produzidos no País; (b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; (c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e (d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. Persistindo o empate, o sorteio público será utilizado como critério de desempate.

## **11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**11.1** O julgamento obedecerá ao critério de menor preço, na forma do item 5. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, observadas as regras deste edital, especialmente o item 11.3.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**11.2** O SIGA informará o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do subitem 11.3 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando à sua redução.

**11.3** Havendo empate no momento do julgamento das propostas de preços será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte a preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

**11.3.1** Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

**11.3.2** Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

**b)** caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

**c)** na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**11.3.3** Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**11.4** Se a proposta de preços ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

**11.4.1** Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 10.8 e/ou subitem 11.4 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

**11.5** O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br).

**11.6** A critério do pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas de preços.

## **12 - DA HABILITAÇÃO**

### **12.1 – Regas Gerais**

**12.1.1** Efetuados os procedimentos previstos no item 11 deste Edital, o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor deverá encaminhar para o seguinte endereço: Rua Uruguaiana nº 118, 10º andar, Centro –RJ, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública:

a) declaração, na forma do Anexo 09 – Declaração de inexistência de penalidade, de que não foram aplicadas as seguintes penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**a.1)** suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

**a.2)** impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

**a.3)** declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

**b)** os documentos de habilitação previstos no item 12.2 a 12.6;

**c)** a proposta de preços relativa ao valor arrematado, inclusive, se for o caso, detalhando a planilha de custos.

**12.1.1.1** Uma vez recebidos os documentos, o Pregoeiro consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

**12.1.1.2** Caso o licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 14.2, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao Pregoeiro declarar tal condição.

**12.1.2** Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela AUTORIDADE SUPERIOR na hipótese de existência de recursos.

**12.1.3** Se o licitante desatender às exigências previstas no item 12, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a

sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

**12.1.4** O Certificado de Registro Cadastral do Estado - CRC, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos – SUBLO, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 12.2.1; 12.3.1; 12.4.1 e 12.6.1.

**12.1.4.1** Os licitantes cadastrados deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no item 12.5.

**12.1.4.2** Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação indicados nos itens 12.2 a 12.6.

## **12.2. Habilitação Jurídica**

**12.2.1** Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;

g) ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

### **12.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista**

**12.3.1** Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**a)** prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**b)** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**c)** prova de regularidade fiscal perante à Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

**c.1)** Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

**c.2)** Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

**c.2.1)** Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e de Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

**c.3)** Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

**d)** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

**e)** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

**12.3.2.1** Na hipótese de tratar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

**12.3.2.2** Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

**12.3.2.3** O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

**12.3.2.4** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93.

#### **12.4 Qualificação Econômico-Financeira**

**12.4.1** O licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

**12.4.2** Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

**12.4.3** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes, podendo ser

atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da Proposta de Preço;

**12.2.3.3** Demonstração contábil da situação financeira da proponente, devidamente calculada e assinada pelo contador responsável pela empresa, a partir do balanço apresentado e da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Corrente (LC)  $\geq$  1

$$LC = \frac{AC}{PC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**12.2.3.4** No caso de consórcio, o cálculo dos índices contábeis deverá ser efetuado isoladamente para cada um dos seus membros.

## **12.5 Qualificação Técnica**

**12.5.1** Relativamente à qualificação técnica, sem prejuízo das demais regras previstas no artigo 30 da Lei n.º 8.666/93, deverá ser exigida a comprovação de aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

**12.5.2** - Para habilitação, serão exigidos os documentos discriminados abaixo:

a)- As comprovações de capacidade técnica serão feitas por meio de, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter executado ou estar executando serviços compatíveis com as atividades da futura contratação.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

b)- O atestado deverá conter as seguintes informações: objeto, número, prazo e valor do contrato; quantidades e características das atividades realizadas; local da realização dos serviços; nome e qualificação do emitente, bem como data de emissão.

## **12.6 Declaração relativa Cumprimento ao Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal**

**12.6.1** Todos os licitantes deverão apresentar declaração, na forma do Anexo 7, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

## **12.7 – Do Prazo de Validade das Certidões**

**12.7.1** As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

## **13 - DOS RECURSOS**

**13.1** O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro expondo os motivos. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual período, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

**13.2** A falta de manifestação do licitante importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

**13.3** As razões e contrarrazões do recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail [licitação@detro.rj.gov.br](mailto:licitação@detro.rj.gov.br), com posterior envio do original, desde que observado, quanto a este último, o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame.

**13.4** A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o subitem 14.1.

**13.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.6** As razões de recursos serão dirigidas à autoridade superior por intermédio do pregoeiro que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado para decisão final.

#### **14 - DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO**

**14.1** Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pela AUTORIDADE SUPERIOR. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, a AUTORIDADE SUPERIOR adjudicará e homologará o procedimento.

**14.2** Uma vez homologado o resultado da licitação pelo (AUTORIDADE SUPERIOR) \_\_\_\_\_, o licitante vencedor será convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato.

**14.3** O vencedor deverá apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do Anexo 08, como condição para assinatura do contrato.

**14.4** Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, após a licitação ter retornado à fase de habilitação pela

AUTORIDADE SUPERIOR, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital.

**14.5** Na forma da Lei Estadual nº 7.258/16, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados ao contrato ficará obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I- até 200 empregados..... 2%;
- II - de 201 a 500 empregados..... 3%;
- III - de 501 a 1.000 empregados..... 4%;
- IV - de 1.001 em diante empregados..... 5%.

**14.6** No momento da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá comprovar que mantém programa de integridade, nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/17 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

**14.6.1** Caso a futura contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, a Lei nº 7.753/17 faculta o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a implantação do referido programa, a contar da data da celebração do contrato.

## **15 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**15.1** Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**15.2** No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

**15.3** A contratada deverá encaminhar a fatura para pagamento ao DETRO/RJ, sito à Rua Uruguaiana nº 118, 10º andar, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS relativos à mão de obra empregada no contrato.

**15.4** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**15.4.1** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

**15.5** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**15.6** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**15.7** O pagamento será realizado MENSALMENTE.

**15.8** – Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

**15.8.1** - Caberá à CONTRATADA, ao pleitear o reajuste contratual, a demonstração da variação salarial de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

**15.8.2** - A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

**15.8.3** - Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

**15.8.4** – É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

**15.8.5** – Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**15.8.6** - O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IPCA, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

**15.9** O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

## **16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

**16.1** O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

**a)** impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

**b)** multas previstas em edital e no contrato.

**16.1.1** As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins deste item são assim consideradas:

**I** – Retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no

edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – Não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – Falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – Fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – Comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

**16.2** Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

**16.3** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

**16.3.1** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no item 16.3 também deverão ser considerados para a sua fixação.

**16.4** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente.

**16.4.1** As sanções previstas na alínea b do item 16.1 e nas alíneas a e b, do item 16.2 serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**16.4.2** As sanções previstas na alínea a do item 16.1 e na alínea c, do item 16.2 serão impostas pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado da SETRANS, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**16.4.3** A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 16.2, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da SETRANS.

**16.5** Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos itens 17.6 e 17.7, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**16.6** As multas administrativas, previstas na alínea b do item 16.1 e na alínea b, do item 16.2:

- a)** corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b)** poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c)** não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**16.7** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 16.2:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos itens 17.9 e 17.10.

**16.8** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 16.2, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**16.8.1** A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**16.9** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**16.10** Se o valor das multas previstas na alínea b do item 16.1, na alínea b, do item 16.2 e no item 16.9, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**16.11** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**16.12** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**16.12.1** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**16.12.2** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**16.12.2.1** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do item 16.1 e nas alíneas a, b e c, do item 16.2, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 16.2.

**16.12.3** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**16.13** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas, de acordo com as peculiaridades do caso concreto.

**16.14** As penalidades previstas nos itens 16.1 e 16.2 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

**16.14.1** Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

**a)** suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

**b)** impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

**c)** declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

**16.15** As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

**16.15.1** Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do item 16.1 e nas alíneas c e d do item 16.2, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**16.15.2** A aplicação das sanções mencionadas no subitem 16.15.1 deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

## **17 - ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE**

**17.1** Executado o contrato, o seu objeto será recebido por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros, na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93 e na cláusula sétima da minuta de contrato Anexo 04, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

**17.2** O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

**17.3** Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do DETRO/RJ, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto 3.149/80.

**17.4** A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**17.5** A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da

execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**17.6** A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

**a)** está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas ou retiradas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;

**b)** está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;

**c)** anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e

**d)** encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

**17.7** A CONTRATADA será obrigada a re apresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**17.8** A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos itens 17.6 e 17.7 ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**17.9** Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**17.10** No caso do item 17.9, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

## **18 – DO PRAZO**

**18.1** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de dd/mm/aaaa, desde que posterior à data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

**18.2** O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja comprovadamente mais vantajosa para o CONTRATANTE.

## **19 – GARANTIA**

**19.1** Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

**19.1.1** A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

**19.2** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**19.3** Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

**19.4** Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

## **20 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1** É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

**20.2** A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**20.3** O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

**20.4** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

**20.5** Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

**20.6** Acompanham este edital os seguintes anexos:

Anexo 1	<b>Termo de Referência</b>
Anexo 2	<b>Proposta Detalhe</b>
Anexo 3	<b>Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários (quando couber)</b>
Anexo 4	<b>Minuta Contratual (quando couber)</b>
Anexo 5	<b>Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (item 12.2.5)</b>
Anexo 6	<b>Modelo de Declaração de enquadramento da empresa licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte</b>
Anexo 7	<b>Declaração para Atendimento ao Dec. Estadual nº 33.925/2003</b>
Anexo 8	<b>Declaração da Proposta Independente</b>
Anexo 9	<b>Declaração de inexistência de penalidade</b>

**20.7** A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

**20.8** Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

**20.9** O foro da cidade do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Rio de Janeiro, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

ORDENADOR DE DESPESA



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

## ANEXO 1

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. JUSTIFICATIVA**

**1.1** - O presente termo de referência visa estabelecer as condições e especificações técnicas para a contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM MOTORISTAS**, para atender as necessidades do Departamento de Transportes Rodoviários em todo Estado.

**1.2** - Os serviços baseiam-se na necessidade da Administração do **DETRO/RJ** de proporcionar aos seus servidores/colaboradores as devidas condições de trabalho no que tange ao deslocamento, bem como para o satisfatório desempenho das atividades finalísticas do órgão, em especial a fiscalização/vistoria do transporte intermunicipal de passageiros, coibindo o transporte irregular, na busca de melhorias da qualidade do serviço à população.

**1.3** - O **DETRO/RJ** diariamente, inclusive aos fins de semana, realiza operações de repressões ao combate do transporte irregular de passageiros, além de suas atuações por força de convênios firmados com outros órgãos públicos, o que justifica manter a frota de veículos de prontidão. Sendo oportuno nesses casos, a [terceirização de uma frota](#) é o ideal, pois traz redução nos custos de contratação de transporte individual. Além disso, exime a autarquia de gastos com impostos e emplacements, e de responsabilidades e despesas relacionadas à gestão de frota (equipe, seguros e manutenção veicular, entre outros). Assim, a modalidade de [locação de veículos](#) é a solução com melhor custo-benefício. Além do **DETRO/RJ**, não precisar se preocupar com custos, que são arcados pela locadora, com a opção de escolher o modelo que melhor atende às necessidades prementes da autarquia.

**1.4** - O **DETRO/RJ**, não possui em seu quadro de pessoal a função de motorista, o que inviabiliza o atendimento a contento da demanda para cumprimento das atividades inerentes ao serviço de transporte de gestores, inspetores, agentes de transportes e servidores em serviço. Assim sendo, a contratação é necessária pela inexistência de veículos e motoristas oficiais na execução do serviço de condução de veículos.

#### **2. DO FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS**



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

A contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços, objeto do presente Termo de Referência, se enquadra como serviço comum, de caráter contínuo, cabendo licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço, que será regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Estaduais n.ºs 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual n.º 287, de 4 de dezembro de 1979, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, do Decreto Estadual n.º 42.063, de 06 de outubro de 2009, do Decreto Estadual n.º 42.091, de 27 de outubro de 2009, do Decreto Estadual n.º 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do Decreto Estadual n.º 41.203, de 03 de março de 2008, da Resolução SEPLAG n.º 429, de 11 de janeiro de 2011, e demais legislações aplicáveis a espécie.

**2.1** - Com a finalidade de viabilizar um melhor gerenciamento dos serviços prestados, evitando o desperdício de recursos, e buscando minimizar os riscos de eventuais prejuízos à administração e/ou de comprometimento da qualidade desses serviços, haverá o agrupamento de atividades, sendo utilizado como critério de julgamento do **menor preço global por item**.

### **3. OBJETIVO**

**3.1** - O objetivo do presente pregão eletrônico é a contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM MOTORISTAS**, até o limite da frota locada, de forma contínua, devidamente habilitada, para transporte de funcionários, materiais, documentos e pequenas cargas, conforme discriminado e quantificado neste Termo de Referência.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O fornecimento de motoristas se dará **por demanda**, até o quantitativo máximo de veículos locados, de acordo com a necessidade do **DETRO/RJ**, cuja solicitação se fará mediante comunicação por escrito à Contratada, com antecedência de até 30 (trinta) dias, levando-se em conta a urgência necessária ao atendimento da autarquia e a disponibilidade de efetivo da Empresa Contratada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Fica a critério do **DETRO/RJ** a utilização dos veículos com ou sem motoristas, cuja escala se fará, a saber: “A escala de trabalho diária dos motoristas será definida conforme demanda do serviço e poderá ser alterada de acordo com o necessário,

respeitando-se a jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com previsão para executar tarefas extra, horário, inclusive aos finais de semana e feriados”.

#### **4. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO**

##### **4.1 - Dos Veículos:**

**4.1.1** - Os serviços de que trata o item 2 deste Termo de Referência contemplam o fornecimento de:

**a) Veículo tipo Serviço SEDAN (Tipo I): Código 0667.004.0084 (ID – 120.155)**

- Motor: 1.6L
- Potência de 90 CV a 115 CV;
- Número de Portas: 04 (quatro);
- Veículo zero Km;
- Capacidade para 05 (cinco) passageiros incluindo o motorista;
- Combustível: Bicom bustível (gasolina e etanol);
- Direção hidráulica;
- Ar Condicionado;
- Vidro elétrico nas 2 (duas) portas dianteiras;
- Rádio AM/FM/CD player;
- Apoio de cabeça no banco dianteiro e traseiro;
- Trava elétrica nas quatro portas;
- Cor: Sóbria;
- Grade protetora do motor e cárter;
- Acessórios obrigatórios (cintos de segurança três pontas, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo);
- Rastreador “GPS” com identificador de rota para o condutor, monitoramento e bloqueio

de funcionamento do veículo;

- Freios ABS;
- Airbag duplo;
- Película de Proteção Solar com chancela, licenciada pelo INMETRO, e
- Sem fornecimento de combustível.

**b) Veículo Utilitário - Pick-up Cabine Simples (Tipo II): Código - 0667.006.0018 (ID-120079)**

- Pequeno Porte;
- Potência de 104 CV;
- Número de Portas: 02 (duas);
- Veículo zero Km;
- Tração na Dianteira;
- Capacidade para 02 (dois) passageiros incluindo o motorista;
- Combustível: gasolina e/ou etanol;
- Carroceria aberta com capa;
- Direção Hidráulica;
- Ar Condicionado;
- Vidro elétrico nas portas;
- Apoio de cabeça no banco traseiro;
- Radio AM/FM/CD player;
- Freio ABS;
- Airbag duplo;
- Trava elétrica nas portas;



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

- Cor: Sóbria;
- Grade protetora do motor e cárter;
- Acessórios obrigatórios (cintos de segurança três pontas, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo);
- Rastreador “GPS” com identificador de rota para o condutor, monitoramento e bloqueio de funcionamento do veículo;
- Carga de Trabalho: mínima de 620 kg;
- Película de Proteção Solar com chancela, licenciada pelo INMETRO;
- Carroceria aberta com capa, e
- Sem fornecimento de combustível.

**c) Veículo tipo Representação**

**c.1) TIPO SUV (*Sport Utility Vehicle*) (ID 158260) Blindado - (Tipo III)**

- Potência mínima de 200 CV;
- Blindagem Nível III A, em conformidade com a Portaria nº55 – COLOG, de 5 de junho de 2017 do Departamento Logístico do Exército Brasileiro.
- A blindagem deverá estar autorizada na forma da lei e pelo órgão competente, bem como registrada no Departamento de Trânsito, com inclusão nos campos de observação do CRLV e CRV, a característica de “Veículo Blindado”. CRLV: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (documento para trânsito) e CRV: Certificado de Registro de Veículos (documento para transferência);
- A CONTRATADA deverá fornecer o CSV – Certificado de Segurança Veicular, emitido por empresa credenciada pelo INMETRO para tal fim, inclusive arcando com o pagamento de taxas, se houver;
- Número de portas: 04 (quatro);
- Capacidade para 05 (cinco) passageiros incluindo o motorista;



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018      Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

- Combustível: Gasolina e/ou Álcool;
- Direção Elétrica;
- Freios ABS e distribuição de eletrônica de frenagem;
- Condicionador de ar;
- Vidro elétrico nas quatro portas;
- Trava elétrica nas quatro portas;
- Apoios para cabeça nos bancos dianteiros e traseiro;
- Espelhos retrovisores externos com controle eletrônico interno;
- Banco motorista com regulagem de altura;
- Pára-brisa degradê;
- Alarme com acionamento à distância;
- Airbag duplo;
- Sensor de estacionamento;
- Vidros verdes;
- Rádio AM/FM/CD player;
- Grade protetora do motor e Cárter;
- Pneus: Radiais, inclusive o Estepe;
- Cor: Sóbria;
- Acessórios obrigatórios: cintos de segurança com três pontas, extintor de incêndio, estepe, chave de roda, macaco e triangulo de sinalização.
- Rastreador “GPS” com identificador de rota para o condutor, monitoramento e bloqueio de funcionamento do veículo;
- Veículo zero quilômetro;

- Película de proteção solar, tipo “*insulfilm*” G20, licenciada pelo INMETRO;
- Sem fornecimento de combustível;

**c.2) TIPO SEDAN (ID 120078) Blindado - (Tipo III)**

- Motor: 2.0L – 2.5L
- Potência de 142 CV;
- Blindagem Nível III A, em conformidade com a Portaria nº55 – COLOG, de 5 de junho de 2017 do Departamento Logístico do Exército Brasileiro;
- A blindagem deverá estar autorizada na forma da lei e pelo órgão competente, bem como registrada no Departamento de Trânsito, com inclusão nos campos de observação do CRLV e CRV, a característica de “Veículo Blindado”. CRLV: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (documento para trânsito) e CRV: Certificado de Registro de Veículos (documento para transferência);
- A CONTRATADA deverá fornecer CSV – Certificado de Segurança Veicular, emitido por empresa contratada pelo INMETRO para tal fim, inclusive arcando com o pagamento de taxas, se houver;
- Número de portas: 04 (quatro);
- Capacidade para 05 (cinco) passageiros incluindo o motorista;
- Combustível: Gasolina e/ou Álcool;
- Direção Elétrica;
- Freios ABS e distribuição de eletrônica de frenagem;
- Vidro elétrico nas quatro portas;
- Trava elétrica nas quatro portas;
- Apoios para cabeça nos bancos dianteiros e traseiro;
- Condicionador de ar;



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

- Espelhos retrovisores externos com controle eletrônico interno;
- Banco motorista com regulagem de altura;
- Pára-brisa degradê;
- Alarme com acionamento à distância;
- Airbag duplo;
- Sensor de estacionamento;
- Vidros verdes;
- Rádio AM/FM/CD player;
- Grade protetora do motor e Câter;
- Pneus: Radiais, inclusive o Estepe;
- Cor: Sóbria;
- Acessórios obrigatórios: cintos de segurança com três pontas, extintor de incêndio, estepe, chave de roda, macaco e triangulo de sinalização.
- Rastreador “GPS” com identificador de rota para o condutor, monitoramento e bloqueio de funcionamento do veículo;
- Veículo zero quilômetro;
- Película de proteção solar, tipo “*insulfilm*” G20, licenciada pelo INMETRO;
- Sem fornecimento de combustível.

**c.3) TIPO SEDAN (ID 149479)**

- Potência de 98CV ~120 CV;
- Número de portas: 04 (quatro);
- Capacidade para 05 (cinco) passageiros incluindo o motorista;
- Combustível: Gasolina e/ou Álcool;



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018      Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

- Direção Elétrica;
- Freios ABS e distribuição de eletrônica de frenagem;
- Vidro elétrico nas quatro portas;
- Trava elétrica nas quatro portas;
- Apoios para cabeça nos bancos dianteiros e traseiro;
- Condicionador de ar;
- Espelhos retrovisores externos com controle eletrônico interno;
- Banco motorista com regulagem de altura;
- Pára-brisa degradê;
- Alarme com acionamento à distância;
- Airbag duplo;
- Sensor de estacionamento;
- Vidros verdes;
- Rádio AM/FM/CD player;
- Grade protetora do motor e Câter;
- Pneus: Radiais, inclusive o Estepe;
- Cor: Sóbria;
- Acessórios obrigatórios: cintos de segurança com três pontas, extintor de incêndio, estepe, chave de roda, macaco e triangulo de sinalização.
- Rastreador “GPS” com identificador de rota para o condutor, monitoramento e bloqueio de funcionamento do veículo;
- Veículo zero quilômetro;
- Película de proteção solar, tipo “*insulfilm*” G20, licenciada pelo INMETRO;

- Sem fornecimento de combustível.

**d) Veículos de Apoio Adm/Operacional - Moto (Tipo IV) Código 0667.004.0083 (ID-120080)**

- Tipo Motocicleta
- Motor 2 tempos 125 CC; a 150 CC;
- Zero Km;
- Combustível: Bicomcombustível (gasolina e/ou etanol);
- Cor: Sóbria;
- Acessórios obrigatórios (capacete, jaqueta, luvas, botas e calça);
- Capacete nos moldes da Res. 203/06 e Anexo II da Resolução 356/10 (Dispositivo refletivo), ao se deslocar na via pública mantenha a viseira fechada, pois poderá incorrer em infração de trânsito;
- Colete de Segurança Anexo III da Resolução 356/10 (Dispositivos retrorrefletivos de segurança para colete);
- Bagageiro: tipo Baú 30 litros conforme a Resolução 356/10 (dispositivos retrorrefletivos de segurança para baú de motocicletas);
- Rastreador “GPS” com identificador de rota para o condutor, monitoramento e bloqueio de funcionamento do veículo;
- O Motociclista deverá apresentar curso oferecido pelo DETRAN/RJ conforme Resolução CONTRAN nº 410/2012;
- A capacidade máxima de tração deverá constar no CRV e no CRLV;
- O veículo deve estar registrado na espécie carga e categoria aluguel;
- Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- Dispositivo de proteção para pernas, motor e dispositivo aparador de linha, fixado no *guidom* do veículo;

- Equipamentos obrigatórios: Retrovisores, escapamento, buzina, funcionamento do velocímetro e do sistema de iluminação e sinalização;
- Condições de segurança: Estado dos pneus, a profundidade mínima dos sulcos dos pneus é de 1,6 mm, devendo ser verificada por meio dos indicadores de profundidade (TWI);
- Sem fornecimento de combustível.

**4.1.2** - Os veículos fornecidos deverão ser de ano de fabricação anterior e/ou do início da vigência do contrato, ser zero quilômetro e terão que ser substituídos quando atingirem no máximo 100.000 (cem mil) km rodados, com exceção do veículo Tipo III, cujo modelo poderá ser do ano 2018/2018, desde que possua o certificado de blindagem expedido pelo exército, até que seja regularizado junto aos órgãos competentes o veículo zero km.

**4.1.3** - O prazo para entrega dos veículos será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da assinatura do Contrato, sendo que para os veículos blindados este prazo será de até 90 (noventa) dias daquela data.

**4.1.4** - Durante os primeiros 90 (noventa) dias de vigência do Contrato de locação de veículos blindados, e 30 (trinta) dias de vigência do Contrato de locação dos demais veículos, será permitido o fornecimento de veículos de propriedade da contratada e que tenham as mesmas especificações constantes neste Termo de Referência, porém, com até 12 (doze) meses de fabricação, pagando o **DETRO/RJ** neste caso, 80% (oitenta por cento) do valor contratado da locação.

**4.1.5** - As condições estabelecidas nos itens **4.1.4**, também valerão quando da substituição dos veículos prevista no item **4.1.2**.

**4.1.6** - A quilometragem deverá ser livre, ou seja, sem qualquer tipo de limitação pré-estabelecida.

**4.1.7** - Todos os modelos de veículos deverão ser movidos, preferencialmente, com combustível de origem renovável ou bicomcombustível, conforme estabelecido na Lei nº 9.660/98.

**4.1.8** - Os Veículos da fiscalização, constantes do quadro do item **5.1**, deverão dispor de:

a) Barra de sinalização visual giroflex, composto por quatro módulos de luzes rotativos independentes, com cúpula em policarbonato transparente e em formato de paralelepípedo, com base em ABS de alta resistência onde é acoplado o kit rotativo. Os módulos são fixados sobre uma base de alumínio de formato linear, onde são embutidas todas as ligações elétricas. Os sinalizadores e todo o seu conjunto possuirão farol de milha e break-light, e, montado sobre suporte de apoio regulável, a critério da Autarquia.

b) Adesivamento (envelopamento) total com vinil em 46 veículos, referência: HP (película utilizada Imprimax goldmax), adesivação do vidro traseiro com vinil microperfurado e plotagem eletrônica de precisão, e, aplicada ao veículo, tendo como prazo máximo para entrega 10 (dez) dias, conforme modelo apresentado pelo **DETRO/RJ**, observada a Resolução CONTRAN nº 292 de 29 de agosto de 2008.

**4.1.9** - Os Veículos tipo III (blindados), deverão dispor de giroscópio portátil de uma cuba na cor amarelo âmbar, com fixação por imã, ligação no acendedor de isqueiro e sirene.

**4.1.10** - Todos os acessórios aplicados aos veículos mencionados nos itens anteriores deverão estar em perfeitas condições de uso e apresentação, durante todo o prazo de vigência, ficando a encargo do prestador de serviços todos os reparos e manutenções que porventura possam ocorrer, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

**4.1.11** – A **CONTRATADA** deverá regularmente efetuar a manutenções preventivas e corretivas nos veículos, de acordo com as recomendações dos fabricantes, cujos custos correrão por conta da mesma, inclusive os oriundos com o consumo de óleos, filtros e lubrificantes bem como os de peças de reposição e mão-de-obra para a execução dos serviços. Quando da substituição de pneus só serão aceitos pneus novos, sendo vedada a utilização de pneus reformados ou recauchutados.

**4.1.11.1** – Toda vez que houver trocar de pneus a **CONTRATADA** deverá fazer alinhamento e balanceamento e rodígio a cada 10.000km.

**4.1.12** - No caso de indisponibilidade do veículo contratado, a **CONTRATADA** deverá fornecer veículo reserva de mesmas características do principal, com tanque cheio e no prazo máximo de 02 (duas) horas, podendo ser coordenado com o **DETRO/RJ** prazo maior, em

função da distância da garagem ao local da imobilização. A devolução do veículo reserva somente ocorrerá após a disponibilização do principal, o veículo reserva também será devolvido com tanque cheio.

**4.1.13** - No caso de solicitação emergencial ou sem programação prévia, o veículo deverá estar à disposição da Unidade Gestora no prazo de até 60 (sessenta) minutos após comunicado ao Supervisor.

**4.1.14** - Deverá ser autorizada pela **CONTRATADA** a instalação/desinstalação de Unidades de Captação de Imagens e Som (UCIS) caracterizados por câmeras de vídeo fixas à estrutura interna do veículo e de uma Unidade de Gravação, Transmissão e Rastreamento (UGTR), bem como a autorização da instalação de recursos para o Sistema de Controle Total de Frota (CTF) ou qualquer outro sistema de controle que venha a ser utilizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para abastecimento dos veículos colocados à disposição do **DETRO/RJ**.

**4.1.15** - Disponibilizar acesso via sistema eletrônico de georeferenciamento, a qualquer tempo, às informações de prestação dos serviços, abrangendo o controle dos percursos e paradas, quilometragens percorridas, velocidade e demais ocorrências e observações pertinentes.

**4.1.16** - O módulo embarcado do equipamento rastreador via satélite (GPS) deverá possuir as seguintes funcionalidades mínimas:

- a) Transmissão de posicionamento por tecnologia GMS/GPRS;
- b) Intervalo de transmissão do posicionamento de 1 em 1 minuto para veículos com o motor ligado;
- c) Intervalo de transmissão do posicionamento de 1 em 1 minutos para veículos com o motor desligado;
- d) Encaminhamento ao **DETRO/RJ** da especificação do Protocolo do Rastreador;
- e) Transmissão simultânea dos dados de posicionamento do rastreador para o Protocolo de Internet - IP corporativo do **DETRO/RJ**;

f) Armazenamento e remessa automática dos dados de posicionamento do rastreador na ocorrência de falha de comunicação GSM/GPRS;

g) Dispositivo para notificação de emergências (botão de pânico).

**4.1.17** - Os veículos ficarão à disposição da **DETRO/RJ** com quilometragem livre e conforme a necessidade desta Autarquia.

**4.1.18** - Todos os veículos deverão possuir seguro contra terceiros e a **CONTRATADA** deverá arcar com as despesas de retirada de veículos avariados em todo o seu traslado.

**4.1.19** - Os veículos poderão ser reconduzidos de suas Unidades de Controle de acordo com necessidade do **DETRO/RJ**.

**4.1.20** - Apresentar relação de Concessionárias e/ou declaração de oficina credenciada/própria para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos.

## **4.2 Dos Profissionais (Motoristas e Motociclistas)**

### **4.2.1 - Qualificações:**

**4.2.1.1** - A contratada deverá comprovar o vínculo empregatício dos seus motoristas, de acordo com a CLT, manter atualizados os registros na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e apresentar a documentação comprobatória pertinente à Fiscalização do Contrato, mensalmente, ou sempre que solicitada;

**4.2.1.2** - Não será aceita, em nenhuma hipótese, a utilização de motorista sem vínculo empregatício com a Contratada

**4.2.1.3** - Em caso de ausência do condutor, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (uma) hora por outro com a mesma qualificação profissional, após receber a comunicação, sob pena de desconto (glosa no faturamento no mês subsequente).

**4.2.1.4** - Os motoristas deverão estar uniformizados de maneira adequada, sendo o fornecimento de uniformes de responsabilidade da Contratada;

**4.2.1.5** - A Contratada deverá disponibilizar equipamento de comunicação móvel com acesso à internet aos motoristas, com o objetivo de que esses profissionais possam realizar

e receber ligações, bem como o acessar a rede de dados móveis, sempre que necessário à perfeita execução das suas atividades.

**4.2.1.5.1** - Os aparelhos que apresentarem defeitos impossibilitando a comunicação deverão ser substituídos no prazo de até 06 h (seis) para que não haja comprometimento de sua função.

**4.2.1.6** - Todos os motoristas deverão possuir habilitação com observação “PROFISSIONAL COM ATIVIDADE REMUNERADA”, para a respectiva categoria, sem restrições legais da habilitação junto ao DETRAN/RJ (multa, pontuação e/ou cumprindo pena de suspensão ou cassação do direito de dirigir).

**4.2.2** - Da descrição das atividades básicas dos Motoristas.

**4.2.2.1** - Conduzir os veículos com zelo e cautela necessários à prevenção de incidentes de qualquer natureza, devendo ser observado todas as normas legais de trânsito;

**4.2.2.2** - Respeitar os limites de velocidade e peso determinados por lei, não os infringindo sob nenhum pretexto;

**4.2.2.3** - Utilizar os veículos exclusivamente em serviço e para uso exclusivo da Contratante;

**4.2.2.4** Recolher o veículo em local apropriado resguardando-o de furtos ou roubos, assim como dos perigos mecânicos e ameaças climáticas;

**4.2.2.5** Sob nenhuma hipótese, abandonar o veículo;

**4.2.2.6** Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança;

**4.2.2.7** Assumir as multas a que der origem, aplicadas ao veículo;

**4.2.2.8** Zelar pela integridade e segurança dos passageiros e materiais transportados;

**4.2.2.9** Não permitir o embarque de pessoas não autorizadas;

**4.2.2.10** Não fumar no interior dos veículos;

**4.2.2.11** Executar todas as atividades inerentes à função de motorista;

**4.2.2.12** A escala de trabalho diária dos motoristas será definida conforme demanda do serviço e poderá ser alterada de acordo com o necessário, respeitando-se a jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com previsão para executar tarefas extra, horário, inclusive aos finais de semana e feriados;

**4.2.2.13** - Poderá ser concedida até 02 (duas) horas de intervalo para repouso ou alimentação no período entre 11h00 e 13h00, nos termos do artigo 71 da CLT;

**4.2.2.14** - Entende-se por hora extra toda a hora excedente ao horário de serviço, exceto a compensação do banco de horas, que deverá observar o que faculta o art. 7º, XIII, da Constituição Federal;

**4.3 - A CONTRATADA**, deverá obedecer aos critérios de avaliação trimestral, com base na Tabela de Fatores de Avaliação a seguir, sob pena aplicáveis a espécie.

### TABELA DE FATORES DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO TRIMESTRAL									
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS							
		Mês 1		Mês 2		Mês 3		Nº OCOR.	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
<b>1</b>	Atraso no crédito de salários além do 5º dia útil do mês imediatamente subsequente ao do mês de referência: ordinários e mensal, décimo terceiro, férias, remunerações compensatórias e rescisões contratuais.								
<b>2</b>	Atraso do crédito dos benefícios de vale-transporte e de vale-alimentação além do estabelecido (no Contrato ou na Convenção Coletiva)								
<b>3</b>	Não substituir veículo considerado impróprio ou irregular no todo ou em parte pela área técnica requisitante, quando do seu recebimento								
<b>4</b>	Não substituição de veículo impossibilitado, em até 4 (quatro) horas, a contar da comunicação do fato.								
<b>5</b>	Substituir funcionários sem a anuência prévia da <b>DETRO/RJ</b> .								

6	Não cumprir determinações e notificações								
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado ou determinação formal.								

## 5. DA QUANTIDADE, DESTINAÇÃO DOS VEÍCULOS

5.1 - Fica o objeto qualificado na forma especificada no Quadro de Distribuição dos Veículos abaixo:

<b>QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DOS VEÍCULOS</b>								
<b>UNIDADE DE CONTROLE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>QTD. DE VEÍCULOS TOTAL POR ÓRGÃO</b>	<b>TIPO VEÍCULO/CARGA HORÁRIA</b>					
			<i>Sedan Tipo I</i>	<i>Pick-up-C Simples Tipo II</i>	<i>Blindado Tipo III - Sedan</i>	<i>Blindado Tipo III - SUV</i>	<i>Sedan Tipo III -</i>	<i>Moto Tipo IV</i>
			24h	24h	24h	24h	24h	24h
<i>Administração</i>	<i>Rio de Janeiro (Capital)</i>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<i>Fiscalização</i>	<i>Capital, Baixada Fluminense, Região Metropolitana e Interior do Estado.</i>	<b>71</b>	<b>70</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>		<b>78</b>	<b>72</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

## 6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - Ser o veículo, comprovadamente, de propriedade do prestador de serviços e, em obediência ao Decreto Estadual nº 41.304 de 14/05/2008, deverão ser registrados e licenciados no Estado do Rio de Janeiro, em perfeitas condições de uso e apresentação, nas características originais de fábrica e com os equipamentos obrigatórios, exigidos pela Legislação de Trânsito;

- 6.2** - Entregar o veículo objeto desta licitação, com especificação técnica exatamente igual ou superior a descrita nesse Termo de Referência;
- 6.3** - Entregar o veículo, em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados, arranhões ou quaisquer outros problemas físicos, com a documentação completa, atualizada (manuais, catálogos, folders, termos de garantia) necessária à sua operação, bem como regularizado junto ao DETRAN/RJ;
- 6.4** - Prestar, durante esse período, assistência técnica gratuita, tanto corretiva quanto preventiva, reparando, removendo e substituindo, quando necessário, as peças, componentes ou o veículo como um todo, no caso do aparecimento de vícios, defeitos ou incorreções;
- 6.5** - Atender ao chamado para prestação de assistência técnica e solucionar o problema no prazo máximo de 24 horas, contado a partir da solicitação formal do **DETRO/RJ**;
- 6.6** - Oferecer a garantia técnica fornecida pelo fabricante do veículo, não podendo ser inferior a especificada no termo de referência, contado a partir do seu recebimento e aceite;
- 6.7** - Efetuar as trocas de peças com material novo e de primeiro uso, devendo apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do veículo, manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- 6.8** – Possuir Certificação de Registro (CR), emitido pelo Exército Brasileiro, que autorize a empresa a locar veículos blindados.
- 6.9** - O desenvolvimento dos serviços deverá ser realizado de forma contínua, com pessoal devidamente qualificado, dentro das abrangências das atividades descritas;
- 6.10** - Efetuar o pagamento da remuneração dos profissionais de acordo com a convenção coletiva, quando cabível;
- 6.11** - Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos previdenciários e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

**6.12** - Fornecer aos seus empregados até o último dia do mês que antecede ao mês de sua competência, os vale-transporte e alimentação, de acordo com o horário de realização dos serviços e localização de residência do empregado;

**6.13** - Pagar, até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos seus empregados utilizados nos serviços contratados, via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do **DETRO/RJ**;

**6.14** - Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto no processo de admissão, quanto ao longo da vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames de saúde e preventivos exigidos, apresentando os respectivos comprovantes anualmente ou sempre que solicitado pelo **DETRO/RJ**;

**6.15** - Assumir as obrigações estabelecidas na legislação trabalhista, quando, em ocorrência de espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou outros que com esses mantenham vinculação, ainda que nas dependências do **DETRO/RJ**;

**6.16** - Responsabilizar-se pelas multas decorrentes das infrações de trânsito cometidas por seus motoristas no exercício da função;

**6.17** - Os empregados da empresa **CONTRATADA** não terão nenhum vínculo com o **DETRO/RJ**, ficando sob sua inteira responsabilidade pagamentos e/ou ônus relativos a taxas, tributos, contribuições sociais, vale transporte, vale refeição, seguros e outros encargos previstos em lei, incidente ou decorrente da contratação;

**6.18** - Manter todos os turnos preenchidos, providenciando a imediata substituição dos empregados designados para a execução dos serviços, no caso de afastamento por falta, férias, descanso semanal, licença, demissão e outros da espécie, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

**6.19** - Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do **DETRO/RJ**;

**6.20** - Efetuar a reposição da mão de obra nos postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho;

- 6.21** - Atender de imediato às solicitações quanto às substituições da mão de obra qualificada ou entendida como inadequada, prejudicial ou insatisfatória para a prestação dos serviços;
- 6.22** - Fazer com que seus empregados cumpram rigorosamente todas as suas atribuições e boa técnica nos serviços, bem como se apresentem sempre limpos e asseados quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no de higiene pessoal;
- 6.23** - Acatar as orientações do gestor do contrato ou de seu substituto legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita supervisão e fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 6.24** - Prestar esclarecimentos ao **DETRO/RJ**, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que o envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados;
- 6.25** - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 6.26** - Encaminhar ao **DETRO/RJ**, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, a nota fiscal/fatura/duplicata/recibo, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento;
- 6.27** - Substituir, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o veículo que apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência com que as ocorrências técnicas corretivas tenham sido realizadas nas concessionárias do fabricante, durante a vigência da garantia técnica;
- 6.28** - Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pelo **DETRO/RJ**;
- 6.29** - Disponibilizar os veículos referentes ao montante da reserva técnica com os tanques cheios, limpos interna e externamente, com a respectiva documentação de porte obrigatório, bem como o comprovante de seguro vigente;
- 6.30** - Os veículos deverão possuir seguro contra colisão, roubo, furto, incêndio, responsabilidade civil e cobertura de terceiros, danos materiais no valor de R\$ 80.000,00 e



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

danos corporais no valor de R\$ 80.000,00, sem franquias e responsabilidades para o **DETRO/RJ**;

**6.31** - Arcar com todas as despesas decorrentes de defeitos, remoção do veículo, serviços de chaveiro, inclusive as despesas com hotéis, refeições e transportes extras que o **DETRO/RJ** efetuar até o restabelecimento do serviço;

**6.32** - Manter supervisão diária para a execução de atividades de gerenciamento, orientação, controle e acompanhamento dos serviços, veículos e motoristas, atuando inclusive como preposto da mesma;

**6.33** - Os serviços serão prestados de domingo a sábado, de acordo com a escala de serviços apresentada pelo Gestor do **DETRO/RJ** à **CONTRATADA**, bem como disponibilizar números de telefones que atendam 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana e feriados, a emergências e substituições de veículos, quando se fizerem necessárias, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;

**6.34** - As horas eventualmente trabalhadas aos sábados, domingos e feriados poderão ser compensadas. Nessa situação, cada hora de sábado será equivalente a 1,5 hora e cada hora de domingo e feriado, 2 horas, para fins de compensação;

**6.35.** O **DETRO/RJ** disponibilizará o valor fixo mensal de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para reembolso com despesas de todos os pedágios existentes no do Rio de Janeiro e estacionamentos, para atender toda a frota do **DETRO/RJ**, com a devida comprovação dos gastos pela **CONTRATADA**, bem como o valor fixo mensal de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para reembolso com despesas à título de hospedagem de seus motoristas, em caso de viagem, com a devida comprovação de gastos.

**6.36** - A plena isenção de responsabilidades civil e criminal do **DETRO/RJ** estende-se também aos casos de avarias de menor monta, nos veículos locados e de terceiros, ocorridos por imprudência, negligência ou imperícia, também decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, que não ensejam, no entender da **CONTRATADA**, a utilização dos serviços da seguradora;

**6.37** - Manter pessoal capacitado a atender suas obrigações assumidas, indicando um representante para atuar de forma conjunta com o Gestor do **DETRO/RJ**;

**6.38** - Proceder à supervisão diária das atividades de gerenciamento, orientação, controle e acompanhamento dos serviços e disponibilizar aos seus motoristas rádios comunicadores móveis e/ou celular habilitado em nome da empresa, dando condições a seu empregado de se comunicar com o **DETRO/RJ**, nas quantidades necessárias para o cumprimento do presente.

**6.39** - Fornecer aos seus empregados crachá de identificação (fotografia recente), contendo nome, tipo sanguíneo, nº do RG, CPF, data de nascimento e data de admissão, que conste que o profissional está a serviço do DETRO/RJ, e exigir o seu uso adequado quando da execução dos serviços;

**6.40** - Fornecer aos seus empregados uniforme com identificação da contratada, que deverá ser previamente aprovado pelo **DETRO/RJ**;

**6.41** – O fornecedor deverá possuir sede, filial ou representação com capacidade administrativa e operacional no Município do Rio de Janeiro ou no Grande Rio, no momento da contratação para a perfeita execução dos serviços, concernentes às substituições, manutenções, entre outros;

**6.42**- Prestar os serviços descritos no presente Termo de Referência, mantendo durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade exigidas.

**6.43** - Não transferir a terceiros no todo ou em parte o objeto da presente contratação, sem prévia anuência do **DETRO/RJ**;

## **7. DA VIGÊNCIA**

**7.1** - O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses;

**7.2** - Poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que; proposta, seja comprovadamente mais vantajosa para o **DETRO/RJ**;

**7.3** - Fica estabelecido que no caso de possível prorrogação, aceita por ambas as partes, de forma expressa às cláusulas pactuadas, não sofrerão quaisquer modificações, a não ser aquelas

que se fizerem necessárias. Condicionando também, expressamente, que os veículos que atingirem 100.000 (cem mil) quilômetros rodados, deverão ser substituídos por veículos com proporções ao pacto inicial, “atualizado” (ano de fabricação/modelo), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com base na solicitação formulada pelo **DETRO/RJ**, e concomitantemente a aferição por parte da empresa;

**7.4** - A quilometragem deverá ser livre, ou seja, sem qualquer tipo de limitação pré-estabelecida.

## **8. DO VALOR**

**8.1** - Para apuração do preço proposto deve ser considerado o lucro, além de todos os custos dos serviços, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, vale transporte, vale alimentação, manutenção de oficinas externas, GPS, envelopamento, provisões previstas, seguros e taxas e demais insumos, bem como quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto a ser contratado;

**8.2-** A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **DETRO/RJ**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação da ordem de 5% (cinco) por cento do valor do contrato à título de Garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo parágrafo 1º, art. 56 da Lei nº 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória;

**8.3** O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente;

**8.4** – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação;

**8.5** – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja emitido o percentual de 5% (cinco) por cento do valor do contrato;

**8.6** – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato;

**8.7** – Para elaboração da proposta de preços, o licitante deverá observar a Convenção Coletiva que abranja o local da prestação de serviços e que esteja vigente na data designada para início da sessão pública.

## **9 - DOS LOCAIS E HORÁRIOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**9.1** - Os serviços serão executados no Estado do Rio de Janeiro, no transporte de gestores e servidores em serviço abrangendo todos os seus municípios;

**9.2** - Eventual mudança do local de prestação de serviços, não ensejará qualquer acréscimo ao valor do Contrato;

**9.3** - Os itinerários serão definidos pela **DETRO/RJ**, de acordo com as necessidades dos Serviços;

**9.4** - Os veículos com os respectivos motoristas poderão fazer viagens intermunicipais;

**9.5** - O pagamento das despesas de diárias será efetuado sob demanda e pago pela DETRO/RJ por ocasião do pagamento da fatura mensal, na forma estipulada pelo item 6.35 ;

**9.6** - Os motoristas receberão o valor de “meia” diária, quando estiverem em viagem sem pernoite;

**9.7** - Os motoristas receberão o valor de 1 (uma) diária para cada pernoite, quando estiverem em viagem com pernoite;

**9.8** - Os valores de diárias que o DETRO/RJ pagará à CONTRATADA já deverão estar inclusos todos os tributos e encargos sociais além do valor que a Contratada deverá repassar ao motorista;

**9.9** - O valor de cada diária a ser repassada efetivamente aos motoristas será o valor estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria;

## **10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será efetuado, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pela contratada até a retirada da Nota de Empenho e/ou assinatura do Contrato;

**10.2.** Para os fins do presente Termo, instituição financeira contratada pelo Estado é o banco contratado pelo Estado do Rio de Janeiro para o pagamento aos seus fornecedores e servidores e para o recolhimento dos tributos estaduais;

**10.3.** No caso de a Contratada estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo Contratante a impossibilidade de a Contratada, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela Contratada;

**10.4** A Contratada deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura, para a Sede do órgão, sito a Rua Uruguaiana, 118 – 10º andar – Centro – Rio de Janeiro, para liquidação e pagamento pela Contratante, devendo esse encaminhamento ocorrer no momento da entrega do objeto;

**10.5.** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data de adimplemento da obrigação mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

**10.6.** Considera-se adimplemento o cumprimento da obrigação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo (s) Agente (s) competente (s);

**10.7.** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação;

**10.8.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, e juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês *pro rata die*;

**10.9.** A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços NFS-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de

Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, do art. 2º da Resolução SER nº 047/2003;

## **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, serão aplicadas as penalidades contidas na Lei federal nº 8.666/93, e demais aplicáveis na espécie.

## **12. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

**12.1** - Antes de apresentar sua proposta o proponente deverá analisar, consultar condições/especificações e realizar a visita técnica na sede do **DETRO/RJ**, efetuando todos os levantamentos, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços ou alterações da data de execução dos serviços;

**12.2** - O **DETRO/RJ** se isenta de qualquer responsabilidade pelos compromissos assumidos eventualmente pela contratada em relação a terceiros para a prestação dos serviços;

**12.3** – A empresa vencedora da licitação ficará obrigada a apresentar composição de custo devidamente preenchida, para formação do preço do serviço;

**12.4** - Na hipótese de a licitante vencedora não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidas, o **DETRO/RJ** poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação da etapa de lances, para fazer em igual prazo e nas condições de suas propostas, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias;

**12.5** – A vencedora deverá manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, consoante o que preceitua o inciso XIII, do artigo 55 da lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores;



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**12.6** – O Contrato poderá ser modificado ou complementado, mediante acordo entre as partes, observado as formalidades legais e regulamentares pertinentes, para a solução dos casos omissos e dúvidas emergentes, a luz da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, através de Termo Aditivo considerado integrante do contrato.



**ANEXO 02**

 <p><b>SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL</b></p> <p><b>PROPOSTA E PREÇOS</b></p>		<p>Licitação por Pregão Eletrônico nº 001/2020 A realizar-se em: 03/02/2020 às 10:00 horas. Requisição Sistema SIGA – PES Nº 0029 a 0034/2020 e Processo nº <b>E-10/005/109300/2018</b></p>				
<p>A empresa ao lado mencionada propõe fornecer ao Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo firmados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do Edital nº 001/2020.</p>		<p><b>CARIMBO DA FIRMA</b></p>				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR [R\$]		
				UNIT	TOTAL	GLOBAL
1	Contratação de empresa especializada para Locação de Veículos Automotor, categoria: capacidade: 5 passageiros incluindo motorista, tipo Sedan, biocombustível: gasolina e etanol, motor 1,6L, potência de 90CV - 115 CV (gasolina), 04 (quatro) portas, direção hidráulica, ar condicionado, com motorista, sem fornecimento de combustível, conforme termo de referência. (ID. 120.155)	Unid.	72			
2	Veículo tipo Pick-up de pequeno porte zero km, combustível flex, tração na dianteira, potência 104CV, carroceria aberta com capa, capacidade 02 pessoas incluindo motorista, ar cond., direção hidráulica, com motorista, conf. Termo de ref. (ID. 120.079).	Unid.	01			
3	Veículos Automotor, categoria: Representação Blindado Nível IIIA capacidade: 5 (cinco) passageiros incluindo motorista, tipo Sedan, biocombustível: gasolina e/ou etanol, motor 2,5L, potência de 142CV, distância entre os eixos: 2600mm, 04 (quatro) portas, direção hidráulica, ar condicionado, com motorista, sem fornecimento de combustível, conforme termo de referência. (ID. 120.078)	Unid.	01			
4	Veículo tipo SUV, Blindagem III-A, 04 portas, potência mínima 200CV, ar condicionado, direção hidráulica e vidro elétrico, combustível: gasolina/álcool, conf. Termo de ref. (ID. 158.260).	Unid.	01			
5	Veículos de Representação, Modelo Sedan/Hatch, 04 (quatro) portas, combustível: gasolina e/ou etanol, motor 98 CV - 120 CV, distância entre o eixos: 2600mm, direção hidráulica, ar condicionado, vidro e trava elétrica nas portas, com motorista, sem fornecimento de combustível, conforme termo de referência. (ID. 149.479)	Unid.	01			
6	Veículo automotor, capacidade: 2 (dois) passageiros, incluindo motorista, Tipo Motocicleta, motor 2 tempos 125Cc, com motorista, sem combustível, conforme Termo de Referência. (ID.120.080)	Unid.	02			
<p>Valor global de R\$ _____ (_____).</p>						
<p><b>OBSERVAÇÃO</b></p> <p>1ª – A PROPOSTA DE PREÇO deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras;</li> <li>– Conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais;</li> <li>– Ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador.</li> </ul> <p>2ª – O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DE PREÇO, a cumprir os termos nela contidos.</p> <p>3ª – As duas Primeiras vias da PROPOSTA DE PREÇO deverão ser devolvidas a este ÓRGÃO, até a hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento.</p> <p>4ª – A licitação mediante PROPOSTA DE PREÇO poderá ser anulada no todo, ou parte, de conformidade com a legislação vigente.</p>		<p>Prazo de Entrega: Conforme Termo de Referência Validade da Proposta Preço: Preços válidos por 60 (sessenta) dias a contar da abertura da Proposta. Local de entrega: Rua do Uruguai nº 118, 6º/12º andar - Centro – Rio de Janeiro. Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.</p> <p style="text-align: center;">Em, ____/____/____.</p> <p style="text-align: center;">_____ Firma Proponente</p>				



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

CNPJ:  
Inscrição Estadual:

**I – MÃO-DE-OBRA (Preço Unitário):**

**ANEXO 03**

Tipo de mão de obra		MOTORISTA	MOTOCICLISTA
Salário normativo do cargo (observar acordos, convenção ou dissídios)		R\$	R\$
<b>CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO:</b>			
Salários			
Adicional de Risco de Vida	%		
Outros (especificar)	%		
<b>VALOR DA REMUNERAÇÃO</b>			
VALOR TOTAL DA RESERVA TÉCNICA	%		
<b>II – ENCARGOS SOCIAIS:</b>			
<b>GRUPO “A”</b>			
INSS	%		
FGTS	%		
SESC ou SESI	%		
SEBRAE	%		
SENAC ou SENAI	%		
INCRA	%		
Salário Educação	%		
Seguro Acidente de Trabalho	%		
<b>GRUPO “B”</b>			
Aviso Prévio Indenizado	%		
Indenização Adicional Lei Complementar nº110/01	%		
Indenização (rescisão sem justa causa) 40% FGTS	%		
<b>GRUPO “C”</b>			
Incidência dos Encargos do Grupo A sobre os itens do Grupo B	%		
<b>VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS</b>			
<b>VALOR TOTAL DA MÃO-DE-OBRA</b> (Remuneração + Reserva Técnica + Encargos Sociais)			
<b>III – INSUMOS</b>			
Uniformes			
Vale Alimentação			
Vale Transporte			
Treinamento e/ou Reciclagem de pessoal			
Dispositivo de Comunicação (Rádio/Celular)			
Outros a especificar: (ex.: Seguro de vida, Plano de Saúde...)			
Outros a especificar:			
Reserva Técnica	%		
<b>VALOR TOTAL DE INSUMOS</b>			

<b>PEDÁGIO E ESTACIONAMENTO</b>			
DESCRIÇÃO	PAGAMENTO	VALOR MÊS R\$	TOTAL
<b>DEPESAS COM PEDÁGIO/ESTACIONAMENTO</b>	MEDIANTE	R\$	



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

<b>A CARGO DO DETRO</b>	<b>COMPROVAÇÃO</b>	
-------------------------	--------------------	--

**ANEXO 04**

Contrato nº \_\_ / \_\_



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM MOTORISTAS QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO,  
POR DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO  
E A \_\_\_\_\_ .**

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, neste ato pelo DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo CLEBER RIBEIRO AFONSO e nº da cédula de identidade XXXXXXXX e a empresa \_\_\_\_\_ situada na Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, domiciliada na Rua \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de \_\_\_\_\_, com fundamento no processo administrativo nº \_\_\_\_\_, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979, Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010 e Portaria DETRO/PRES Nº 1465/2019, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

1.1 O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviços de locação de veículos com motorista, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório, nas seguintes quantidades:

***QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DOS VEÍCULOS***

UNIDADE DE CONTROLE	LOCAL	QTD. DE VEÍCULOS TOTAL POR ÓRGÃO	TIPO VEÍCULO/CARGA HORÁRIA					
			Sedan Tipo I	Pick-up-C Simples Tipo II	Blindado Tipo III - Sedan	Blindado Tipo III - SUV	Sedan Tipo III -	Moto Tipo IV
			24h	24h	24h	24h	24h	24h
Administração	Rio de Janeiro (Capital)	6	1	1	1	1	1	1
Procuradoria Geral do Estado	Rio de Janeiro (Capital)	1	1	0	0	0	0	0
Fiscalização	Capital, Baixada Fluminense, Região Metropolitana e Interior do Estado.	71	70	0	0	0	0	1
<b>TOTAL</b>		<b>78</b>	<b>72</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

### CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de dd/mm/aaa, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionalizada nesta cláusula.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

### CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018      Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se

responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;

**i)** elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

**j)** manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;

**l)** manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;

**m)** cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE); indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros.

**o)** observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;

**p)** na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados..... 2%;

II - de 201 a 500 empregados..... 3%;

III - de 501 a 1.000 empregados..... 4%;

IV - de 1.001 em diante empregados..... 5%.

**q)** Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2020, assim classificados:

Natureza das Despesas:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

### **CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO**

Dá-se a este contrato o valor total de R\$-----(------).

### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros do **CONTRATANTE**, especialmente designados pelo \_\_\_\_\_ (autoridade competente), conforme ato de nomeação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado (pelo(a) **REPRESENTANTE** ou **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO** mencionado(a)) no parágrafo primeiro, no prazo de ( ) horas após a entrega do bem/produto;

b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de ..... (....) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**PARÁGRAFO QUINTO** – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas ou retiradas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA será obrigada a rerepresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**PARÁGRAFO SEXTO** – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

### **CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), em \_\_\_\_ (\_\_\_\_) parcelas, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_),



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente nº \_\_\_\_\_, agência \_\_\_\_\_, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento ao DETRO/RJ, sito à Rua Uruguaiana nº 118, 10º andar, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

**PARÁGRAFO SEXTO** – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

**PARÁGRAFO NONO** - A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Os reajustes serão precedidos de requerimento da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IPCA, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea *p*, da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA**



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo n.º: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de \_\_\_\_ % (\_\_\_\_) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) horas, para que seja mantido o percentual de \_\_\_\_% (\_\_\_\_) do valor do Contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**PARÁGRAFO SEXTO** – O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

**I** – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

**II** – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

**III** – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**IV** – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

**V** – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no PARÁGRAFO TERCEIRO também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

a) As sanções previstas na alínea b do *caput* e nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo *Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada*, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) As sanções previstas na alínea a do *caput* e na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do *Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada*.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO da CLÁUSULA OITAVA, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - As multas administrativas, previstas na alínea b do *caput* e na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;

c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos PARÁGRAFOS QUINTO e SEXTO da CLÁUSULA OITAVA.

**PARÁGRAFO NONO** - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO,



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do *caput* e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do *caput* e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expreso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

**I** - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

**II** - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA:**

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

## **CLÁUSULA VIGESIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME DO ÓRGÃO

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

## ANEXO 5

### DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO INCISO V, ART. 27, DA LEI Nº 8.666/93

(EM PAPEL TIMBRADO DO CONTRATANTE, dispensado em caso de carimbo com  
CNPJ)

Local e data

À **Comissão de Licitação** ou **Pregoeiro**

a/c Sr.

Presidente da Comissão ou Pregoieiro

Ref. Pregão Eletrônico nº xx/20xx

(Entidade) , inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na (endereço completo) , neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

ENTIDADE CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

**Observação: Esta declaração deverá ser prestada em papel timbrado da CONTRATANTE.**



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

## ANEXO 6

### **DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E COOPERATIVAS ENQUADRADAS NO ART. 34, DA LEI Nº 11.488, DE 2007**

(EM PAPEL TIMBRADO DO CONTRATANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À **Comissão de Licitação** ou **Pregoeiro**

a/c Sr. Presidente da Comissão ou Pregoeiro

Ref. Pregão Eletrônico nº xx/20xx

(Entidade) , inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na (endereço completo) , neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** que é microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cumprindo, assim, os requisitos legais para tal qualificação, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, e que não possui quaisquer dos impedimentos da referida norma, estando apta a exercer o direito de tratamento privilegiado na forma prevista pela legislação em vigor.

\_\_\_\_\_  
ENTIDADE - nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

## ANEXO 7

### **DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO DEC. ESTADUAL Nº 33.925/2003**

(Estabelece critérios específicos para licitações realizadas por Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual)

(EM PAPEL TIMBRADO DO CONTRATANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

**Comissão de Licitação ou Pregoeiro**

a/c Sr.

Presidente da Comissão ou Pregoeiro

Ref. Pregão Eletrônico nº xx/20xx

(Entidade) , inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na (endereço completo) , neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no Decreto do Estado do Rio de Janeiro nº 33.925, de 18.09.2003, que dispõe, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoas portadora de deficiência habilitadas, na proporção de \_\_\_%, na medida em que atualmente conta com \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) empregados.

\_\_\_\_\_  
ENTIDADE -nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018      Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

**Observação: caso possua menos de cem empregados, a declaração deverá ser apresentada na seguinte forma:**

(Entidade) , inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na (endereço completo) , neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no Decreto do Estado do Rio de Janeiro nº 33.925, de 18.09.2003, que dispõe, em seus quadros menos de 100 empregados, de modo que não se submete ao regime neste estabelecido.



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

## **ANEXO 08**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

(Identificação do Processo licitatório)

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE OU DO CONSÓRCIO), doravante denominado LICITANDO, para fins do disposto no item (COMPLETAR) do Edital (COMPLETAR COM A IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL),

declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código Penal Brasileiro, que:

A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do (IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do (IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO), por qualquer meio ou qualquer pessoa;

Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do (IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO), quanto a participar ou não da referida licitação;

Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do (IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado à discutido com ou recebido de (ÓRGÃO LICITANTE) antes da abertura oficial das propostas e;

Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DO  
LICITANTE/CONSÓRCIO NO ÂMBITO DA LICITAÇÃO)



Secretaria de Estado de Transportes  
Departamento de Transportes Rodoviários

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº: E-10/005/109300/2018

Data: 29/10/2018 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

ID.: 4421513-4

## ANEXO 09

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

(EM PAPEL TIMBRADO, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao **Comissão de Licitação** ou **Pregoeiro**

a/c Sr.Presidente da Comissão ou Pregoeiro

Ref. (... Concorrência ou pregão ou edital ...) nº xx/20xx

\_\_\_\_\_(Entidade)\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na (endereço completo) \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

\_\_\_\_\_  
ENTIDADE - nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com  
firmas reconhecidas

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/  
CNPJ)